

revista

poli saúde
educação
trabalho

Ano VII — Nº. 38 — jan./fev. 2015



Mala Direta
Básica

BR23401802/2013-00000000
Fluoruz

Correios

Mineração:

rastro do desenvolvimento
e conflitos territoriais

ENTREVISTA

Cristina Paniago discute
a participação social no
capitalismo em crise

CAPITAL ESTRANGEIRO NA SAÚDE

Vitória para o mercado,
derrota para o SUS



Conheça o
Poli

**Material
Educativo**

Publicações



**Ensino Médio Integrado à
Educação Profissional**

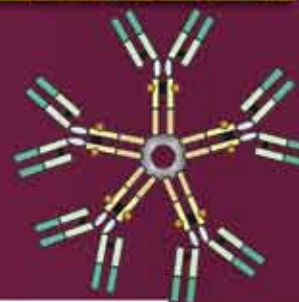


RET-SUS
Rede de Técnicos em Saúde

PROEJA

**Ensino Profissionalizante
para Jovens e Adultos**

**Programa
de Vocação
Científica**



Revista

TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE**

Biblioteca Virtual em Saúde
Educação Profissional em Saúde

**Observatório
Juventude C&T**



RETS

Rede Internacional de Educação
de Técnicos em Saúde



**OBSERVATÓRIO
dos Técnicos em Saúde**

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

www.epsjv.fiocruz.br

Capa	4
Veias ainda abertas	
Almanaque	14
Entrevista	15
Cristina Paniago - "Toda a luta pela emancipação humana só pode se dar contra o capital"	
Público-Privado na Saúde	18
Capital estrangeiro na saúde	
Conae	22
O que esperar da Conae?	
Livros	24
A comunicação na luta contra-hegemônica	
Dicionário	25
Feminismo	

A mineração é hoje um dos carros chefes da economia brasileira. A produção mineral no Brasil deu um salto de 550% de 2001 a 2011, fazendo com que a participação da indústria mineral extrativa no PIB brasileiro passasse de 1,6% para 4,1% no mesmo período. E esse quadro não deve mudar nos próximos anos, mesmo com a desaceleração das economias que importam os minérios produzidos no Brasil, como a China. Mas à medida que cresce a importância do setor para a balança comercial brasileira, aumentam também os relatos de populações que se organizam para denunciar os impactos das atividades mineradoras em seus territórios. Do Maranhão ao Rio de Janeiro, passando por Minas Gerais, a mineração deixa um rastro de agravos à saúde e ao meio ambiente em diversas comunidades. É a elas que a matéria de capa dessa edição busca dar voz.

A aprovação recente de uma lei que permite a entrada do capital estrangeiro nos serviços de saúde é tema de outra reportagem, que mostra a reação do setor saúde à medida e revela porque ela vem sendo encarada como um incentivo à mercantilização da saúde e um duro golpe ao Sistema Único de Saúde.

A edição traz entrevista com a professora da Universidade Federal de Alagoas Cristina Paniago, que faz um balanço do controle social na esteira das preparações para a 15ª Conferência Nacional de Saúde, que acontece em 2015. Para Cristina, as formas tradicionais de participação política dos trabalhadores - incluindo o controle social, os sindicatos e movimentos sociais, entre outros - são inadequados para disputar espaço numa conjuntura marcada pela crise estrutural do capital, e é preciso criar novas formas de organização dos trabalhadores que tenham como meta a construção de uma alternativa ao capitalismo.

As deliberações da 2ª Conferência Nacional de Educação (Conae), que aconteceu em novembro, são o foco de outra matéria.

Na seção Dicionário, o verbete desta edição é Feminismo.

Boa leitura!

Ano VII - Nº 38 - jan./fev. 2015
Revista POLI: saúde, educação e trabalho -
jornalismo público para o fortalecimento da
Educação Profissional em Saúde.
ISSN 1983-909X

Conselho Editorial

Alexandre Moreno, Cristina Barros, Gilberto Estrela, Ieda Barbosa, José Orbílio, Júlio César Lima, Kelly Robert, Leandro Medrado, Leandro Nardarcio, Marcia Lopes, Marcela Pronko, Marcelo Coutinho, Páulea Zaquini, Paulo César de Castro Ribeiro, Sergio Munck, Tais Salvina, Tania Camel, Valéria Carvalho.



/epsjvfiocruz



@epsjvfiocruz

Assine Nosso Boletim

Envie e-mail para revistapoli@epsjv.fiocruz.br

Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos

Marcelo Paixão

Editor

André Antunes

Repórteres

André Antunes

Leila Leal

Viviane Tavares

Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca

Marcelo Paixão

Foto de Capa

Marcelo Cruz

Almanaque

Maycon Gomes

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

Analista de Gestão Educacional

Valéria Melo

Editora Assistente de Publicações

Lisa Stuart

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

WallPrint

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos,

Rio de Janeiro CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484

comunicacao@epsjv.fiocruz.br | www.epsjv.fiocruz.br

Veias ainda abertas

Mineração no Brasil cresceu 550% na última década e deve ser intensificada diante da queda de preços dos produtos exportados. Comunidades atingidas desvelam impactos dos empreendimentos na saúde e ambiente e se mobilizam diante do marco regulatório em tramitação

Leila Leal

São promessas de criação de empregos, melhorias nas condições de vida, dinamização da economia e ‘crescimento’. Contrastando com esse discurso, que comumente acompanha a instalação de empreendimentos em mineração, um pouco depois chegam os impactos: poluição, adoecimento da população, alteração de paisagens, biomas e modos de vida das comunidades atingidas, remoções, contaminação de cursos d’água, assoreamento, inchaço populacional durante o período de obras, especulação imobiliária e trabalho escravo, entre outros, estão entre eles. No Maranhão, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, diferentes comunidades impactadas por grandes empreendimentos de mineração relatam experiências que nos ajudam a entender o sentido do desenvolvimento e sua materialização na vida da população. As histórias e perspectivas das lutas por saúde e ambiente, acompanhadas pela reportagem da Poli no Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), realizado no ano passado, são aqui complementados com análises de pesquisadores e militantes.

Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), entidade patronal do setor, a produção mineral no Brasil cresceu 550% entre 2001 e 2011. Os dados, confirmados pelo Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (Ibase), dão a dimensão do lugar de destaque da atividade no modelo de desenvolvimento implementado no país: nesses mesmos dez anos, um salto na participação da indústria mineral extrativa na composição do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro elevou seu percentual de 1,6% para 4,1%. No entanto, depois da década de expansão, o cenário internacional mudou e, com o desaquecimento da economia chinesa, uma das principais compradoras desses produtos, o preço das *commodities* no mercado internacional caiu cerca de 50%. Ao contrário do que poderia se pensar, as empresas buscam responder a esse cenário intensificando ainda mais a produção. A ideia é compensar a queda de preços com o aumento da quantidade de minério exportado, mantendo assim os lucros que vinham sendo obtidos no período de expansão. É precisamente nesse contexto que se dão as discussões para atualização do código que regula as atividades da indústria extrativa mineral no Brasil, de 1967. Como você verá, entre as principais críticas ao projeto de lei 5087/13, o novo código da mineração em tramitação na Câmara, está o questionamento à lógica de expansão e priorização da atividade em detrimento dos direitos das comunidades e dos trabalhadores do setor, da preservação ambiental, do planejamento para utilização dos recursos e outros.

Brasil, pátria mineradora?

“O Brasil é o maior produtor e exportador de minério de ferro da América Latina e o segundo maior do mundo, mas ainda assim não se reconhece como um país minerador. Mesmo levando em consideração as economias reconhecidamente extrativistas de minérios da região, como a peruana, com a prata, e a chilena, com o cobre, o Brasil fica na frente. Do total extraído em minério de ferro, que segue sendo o principal produto da mineração brasileira, entre 70% e 80% são destinados à exportação”. A afirmação é de Bruno Milanez, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e integrante da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Ele, que estuda os impactos da cadeia minero-metalúrgica e os conflitos socioambientais dela derivados, chama atenção para o peso assumido pela mineração no contexto de uma reprimarização da economia brasileira: “Os produtos não industriais correspondem a 38% da nossa pauta de exportação e os produtos de baixa tecnologia a 25%. Enquanto os minérios correspondem a 14% das exportações, os produtos metalúrgicos, com diferentes graus de industrialização, respondem por cerca de 6%. A posição é clara: o Brasil constitui sua inserção internacional como fornecedor de matéria-prima”, analisa.



Minas da Vale
do Rio Doce na
Serra de Carajás

A avaliação é compartilhada por Carlos Bittencourt, consultor de indústria extrativa do Ibase. Lembrando o processo de industrialização pelo qual passou o Brasil desde os anos 1930, ele aponta uma nova inversão nas curvas de importação e exportação de produtos primários: “O país passou, outra vez, a exportar mais produtos primários do que manufaturados, o que está ligado ao neoliberalismo e a reconstrução da divisão internacional do trabalho em novos termos”, analisa. No caso específico da mineração, o pesquisador lembra que a expansão de 550% na primeira década dos anos 2000 não se fez a partir de um cenário modesto, o que é fundamental para entender seu alcance e papel na economia atualmente: “O Brasil já tinha Carajás [megamina localizada no Pará] e já era o segundo maior exportador de ferro do mundo, e mesmo assim cresceu dessa maneira. Um dos sintomas disso é que os movimentos camponeses hoje giram sua pauta para a questão, mobilizando as comunidades que estão sendo atingidas”, contextualiza Carlos.

O fato de a pauta ganhar cada vez mais espaço entre os movimentos camponeses é uma pista de que os impactos da mineração não são eventuais ou localizados. Carlos ajuda a compreender a amplitude da questão traçando um panorama de seus diversos aspectos: “A mineração é uma atividade extremamente danosa, que chega devastando territórios, abrindo cavas gigantescas, devastando florestas, usando quantidades imensas de água para lavagem de minério e construindo barragens de rejeitos que inundam vales inteiros com lama e inviabilizam rios. Além disso, interfere muito duramente nas relações socioculturais. As construtoras e empreiteiras chegam aos territórios com muitos homens, impactando, por exemplo, nas relações de gênero. Do ponto de vista político, o impacto também é imenso: são municípios, em geral, pequenos, que têm orça-

mentos restritos e se deparam com a chegada de empresas que chegam a ter orçamentos 20 mil vezes maiores que o de toda a cidade. Imagine que tipo de relações são estabelecidas com a democracia local e que poder de cooptação ou criação de projetos para substituir o Estado as empresas não têm. Há impactos também sobre indígenas, descendentes de escravos que têm laços quilombolas e populações tradicionais das mais diversas nos territórios”, pontua.

Queda de preços: quem paga a conta?

É a partir desse debate sobre os impactos da atividade que Bruno Milanez e Carlos Bittencourt apontam preocupações com o novo cenário aberto pela queda dos preços dos minérios no mercado internacional. Os pesquisadores explicam que a saída encontrada pelas empresas mineradoras para manter suas taxas de lucro diante do cenário é intensificar ainda mais a produção – o que tem resultados profundos nas já alteradas dinâmicas dos territórios, do ambiente e nas relações de



Marcelo Cruz

Comunidades atingidas protestam em Açailândia

trabalho. “Pode parecer um contrasenso, mas, à medida que o preço cai, o país tenta exportar cada vez mais para manter a receita. As empresas tendem a reduzir seus custos variáveis, o que se reflete em mais precarização de mão de obra e menos controle ambiental. É um ciclo: no processo de expansão, há uma maior intensificação dos impactos ambientais, com novas minas sendo abertas; e, no momento de retração, há demissões em massa, terceirizações e precarização do trabalho”, analisa Bruno Milanez.

Exemplificando com dados recentes, ele demonstra como a política vem sendo aplicada. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, entre janeiro e junho de 2013, os minérios responderam por 14% das exportações brasileiras. No mesmo período de 2014 essa participação ficou em 13,8%. “Pode parecer uma diferença pequena, mas isso se deve ao fato de que essa avaliação combina quantidade e preço dos produtos exportados. Se analisarmos o minério de ferro, carro chefe da nossa exportação mineral, veremos que exportamos 144 milhões de toneladas no primeiro semestre de 2013 e, no mesmo período de 2014, o total foi de 156 milhões de toneladas exportadas”, explica. Entre janeiro e junho de 2013, o preço médio de exportação do minério de ferro brasileiro era de US\$104 por tonelada; em 2014, nesse mesmo período, o preço caiu para US\$90 por tonelada. “Na década de 2000 o processo era inverso e o preço do minério saltava, atingindo quase US\$200. A queda de preços chega a 50%”, complementa Carlos Bittencourt.

Bruno Milanez lembra que, dada a alta volatilidade dos preços, é muito provável que esse cenário se reverta. “O Banco Mundial prevê um preço médio US\$ 105/tonelada para 2015 e US\$ 107/tonelada para 2016. Mas, até esse cenário se concretizar, se é que vai se concretizar tão brevemente, devemos passar por uma piora no desempenho ambiental e de saúde do tra-

balhador na mineração”, avalia, lembrando que os casos de acidentes de trabalho na indústria extrativa mineral já costumam ficar acima da média de acidentes de trabalho no país. O Ministério do Trabalho e Emprego elaborou, através da Fundacentro, um estudo em conjunto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) abordando a situação de segurança do trabalho na mineração. O Relatório Técnico ‘Identificação, Mensuração e Análises dos Acidentes, Doenças e Mortes no Setor Mineral’, publicado em 2013, usa como uma de suas fontes o Panorama em Segurança e Saúde do Trabalho na Indústria, pesquisa publicada pelo Serviço Social da Indústria (Sesi) em 2010. Os dados da pesquisa feita pela entidade do Sistema S e utilizados pelo ministério apontam que, naquele ano, o Coeficiente de Incidência de Acidentes do Trabalho na Indústria brasileira foi de 29 acidentes para cada mil trabalhadores. No setor de extração de carvão mineral, no entanto, o coeficiente ficou bem acima do número geral: foram 46,5 acidentes para cada mil trabalhadores. O mesmo aconteceu no setor de apoio à extração de minerais, cujo coeficiente ficou em 39,4. Na extração de minerais metálicos e não metálicos, o coeficiente ficou abaixo da média geral, com 24 e 26,6 acidentes para cada mil trabalhadores, respectivamente. “E o número oficial ainda é muito mascarado, porque muitos dos trabalhadores acidentados são terceirizados e nem sempre a empresa de origem é associada à indústria de mineração”, comenta Bruno.

Novo código e o papel do Estado

Nesse contexto, tramita na Câmara dos Deputados o projeto de lei que pretende atualizar a regulação do setor. As discussões em torno do PL 5.087/13, na opinião de Carlos Bittencourt, têm expressado as especificidades do momento. “As empresas fazem mais pressão para que o novo código mantenha intocados os seus direitos – que já são muitos. Assim, a nossa preocupação é que, para conseguir manter os índices de produtividade e o superávit da balança comercial, o sentido do novo marco regulatório seja de diminuir os critérios e custos para as empresas produzirem e exportarem. O texto proposto, assim como o atual código, reconhece a mineração como sendo de utilidade pública e interesse nacional. Isso significa, na prática, que a mineração pode se sobrepor a qualquer outro interesse que houver no território: agroecológico, quilombola, indígena e outros”, avalia.

O pesquisador explica que a proposta inicial apresentada pelo Executivo modificava essencialmente três esferas do código atual: a gestão (com a extinção do Departamento Nacional de Produção Mineral e criação da Agência Nacional de Mineração para regular o setor), a arrecadação de royalties (com mudanças de alíquotas e pagamento baseado no faturamento bruto, e não mais líquido, o que aumentaria as taxas arrecadadas) e o mecanismo de regulação do acesso às jazidas minerais (que passaria a ser feito por regime de concessão, com abertura de áreas previamente definidas para a licitação, e não mais sob a atual forma, com requerimento de pessoas físicas ou jurídicas para exploração e sob regime de prioridade para os primeiros a solicitá-la). “A criação da Agência Nacional poderia ter como pontos positivos a valorização dos trabalhadores, com maior remuneração e possibilidade de mais contratações para a área de fiscalização. Por outro lado, há o balanço da atuação das agências reguladoras nos últimos 20 anos, com muitas delas respondendo a interesses privados e convertendo-se em instrumentos do projeto neoliberal de desregulamentação”, analisa. E completa, tratando da mudança na forma de acesso às jazidas: “A forma atual é muito ruim: o mecanismo de requerimento não tem nenhum controle público. É um mecanismo muito perverso, que desdiz a definição constitucional do minério como

bem da União, porque o direito de minerar uma área é quase automático, apenas dependendo do cumprimento de regras burocráticas e técnicas. Não há debate público que questione se queremos ou não, como Estado, como sociedade ou como comunidade específica, que a mineração aconteça. Não há regulação ou planejamento. A proposta do governo nesse sentido era um pouco melhor, porque criava o mecanismo de concessão. O governo estabeleceria quais áreas estariam disponíveis e seriam ofertadas por processo de licitação, e também aquelas que não desejaria explorar. Mas o relator do projeto de lei, Leonardo Quintão (PMDB-MG), e as empresas mineradoras modificaram bastante esse aspecto, porque preferem o mecanismo atual, mais autoritário e com muito menos controle público”, critica, apontando ainda o questionamento dos movimentos sociais à permanência de Quintão, cuja campanha foi financiada por empresas mineradoras, como relator da matéria. Segundo o Código de Decoro e Ética Parlamentar da Câmara, em seu artigo 5º, inciso 8º, relatar matéria de interesse específico de financiador, seja pessoa jurídica ou física, de campanha eleitoral, configura quebra de decoro parlamentar. “As entidades organizadas no Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, de que o Ibase faz parte, entraram com uma ação na Câmara pedindo seu afastamento. O então presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), recusou nosso pedido e recorremos ao Supremo Tribunal Federal para tentar fazer valer a legislação interna. O deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ), também pediu o afastamento do relator”, conta.

Bruno Milanez, que também critica a proposta de atualização do código, aponta um equívoco geral na visão setorial formulada. Ele identifica as tensões entre a proposta original, elaborada pela Casa Civil e pelo Ministério de



Protesto das comunidades atingidas em Açailândia

Marcelo Cruz

Minas e Energia com consulta próxima às empresas (que previa um controle maior do Estado e o aumento da arrecadação estatal com a mineração), e a forma que o texto ganhou na Câmara (rechaçando a regulação estatal, mantendo o direito de prioridade no acesso às jazidas e sem afetar as taxas de lucros com mais royalties). No entanto, acredita que as propostas coincidem no fundamental: o estímulo à intensificação da mineração e a negativa de problematizá-la junto aos demais interesses da sociedade: “O desenho que foi feito pelo Executivo teve basicamente a preocupação de aumentar a renda do Estado a partir da mineração. A ideia é de que vamos minerar mais e, assim, aumentar a captura dessa renda. No Legislativo, o substitutivo assume uma forma muito mais pró-empresa. Mas a visão é essencialmente a mesma: mais mineração gerando mais renda. A crítica colocada pelos movimentos sociais é: há várias outras questões que deveriam estar sendo incorporadas e não dizem respeito puramente à produção de mineração, e sim à relação da mineração com o resto da sociedade”, pontua o professor da UFJF.

Mas, afinal, que ‘várias outras questões’ seriam essas? Para sintetizar as reivindicações dos movimentos sociais, o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, composto por mais de cem entidades, divulgou uma carta com os sete pontos que expressam suas principais demandas, pouco ou nada contempladas pelas discussões atuais: a democracia e transparência na formulação e aplicação da política mineral brasileira; o direito de consulta, consentimento e veto das comunidades locais afetadas pelas atividades mineradoras; a definição, por debate público, de taxas e ritmos de extração; a delimitação e respeito a áreas livres de mineração; o controle dos danos ambientais e estabelecimento de Planos de Fechamento de Minas com contingenciamento de recursos, para incidir sobre o problema de minas contaminantes abandonadas; o respeito e proteção aos direitos dos trabalhadores; e a garantia de que a mineração em terras indígenas respeite a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (que determina que toda comunidade indígena e tradicional deve ser consultada previamente e informada sobre empreendimentos em suas áreas) e esteja subordinada à aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas.

Além desses pontos, Carlos Bittencourt aponta que a questão da água tem assumido centralidade no debate dos movimentos sociais e foi incorporada como eixo-chave: “A maioria das comunidades têm levantado esse como um problema central, que tem inviabilizado condições de abastecimento ou mesmo rios inteiros. Estamos finalizando um mapa nacional dos conflitos envolvendo mineração e água e também abordan-

do o atual quadro de desregulamentação, em que a água aparece como um meio econômico gratuito para as empresas. Não há nenhum controle da Agência Nacional de Águas sobre esses usos”, explica. E é justamente um conflito envolvendo mineração e água que abre os relatos de comunidades afetadas apurados pela Poli, que buscam dar visibilidade aos impactos e ao sentido do desenvolvimento no dia-a-dia da população brasileira, assim como ilustrar o cenário de onde partem as reivindicações dos movimentos sociais para o setor.

Vale quer sua “segunda Carajás” em aquífero de Minas Gerais

Pouca gente sabe, mas a cerca de 40 quilômetros de Belo Horizonte, em Minas Gerais, existe um aquífero com armazenamento estimado de 1,6 trilhões de litros de água potável. Ele fica na Serra do Gandarela, que abrange os municípios de Barão de Cocais, Caeté, Santa Bárbara, Rio Acima, Raposos e Itabirito. O diferencial dessa serra é que ela possui, ao longo de sua extensão, uma cobertura rochosa chamada canga e essas rochas, porosas, são penetradas por água da chuva profundamente, o que inicia um processo de filtragem da água e seu posterior armazenamento abaixo da superfície. O aquífero abastece nascentes, cachoeiras e cursos d’água. Precisamente nas camadas desse aquífero, abaixo da superfície, existem grandes reservas de minério de ferro que despertaram o interesse da empresa Vale (a antiga estatal Vale do Rio Doce, privatizada em 1997). A intenção da mineradora e construir ali a megamina Apolo que, segundo informou a própria companhia no estudo de impacto ambiental do empreendimento, seria sua “segunda Carajás”, uma referência à grandiosidade da mina de ferro localizada no Pará e explorada desde os anos 1960.

A experiência é relatada por Maria Teresa Viana, a Teca, do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela. O Movimento existe desde 2009, quando moradores dos diferentes municípios da região começaram a se articular para entender o processo de construção da mega mina pela Vale. Antes disso, já atuavam isoladamente, desde as primeiras notícias sobre o empreendimento. “O pessoal de Raposos, por exemplo, percebeu um assédio para a prefeitura dar uma declaração de conformidade para construção de uma megabarragem de rejeitos e começou a se questionar sobre o porquê de se fazer uma megabarragem acima do Ribeirão da Prata”, conta, explicando que o município em questão, pequeno, é um tradicional balneário de região e chegou a receber cerca de quatro mil pessoas por final de semana em visitas às suas cachoeiras e rios. A barragem de rejeitos é uma estrutura construída em locais de mineração, com terra, para conter os resíduos da atividade. “Os moradores começaram a se mobilizar porque não era aceitável ter uma barragem de rejeitos gigantesca ali. É um empreendimento de risco e, em caso de um acidente com rompimento da barragem, a cidade seria soterrada em menos de dez minutos”, completa ela.

Mas os motivos para a contrariedade à mineração na Serra do Gandarela vão além: um dos principais riscos da atividade é justamente o comprometimento do aquífero ali localizado. A Serra é a única ainda preservada na região, chamada de ‘quadrilátero ferrífero’, a maior produtora de minério de ferro no país. Nos seus cerca de 7 mil quilômetros quadrados, são produzidos 60% do montante de minério de ferro do Brasil, além de serem extraídos ouro e manganês. Somente a Vale tem, ali, 28 minas de ferro a céu aberto. As atividades de mineração na Serra do Gandarela destruiriam os aquíferos, porque para operá-las é necessário retirar a camada das cangas, descartada como “estéril”. Como você leu acima, é precisamente essa camada que absorve e filtra a água da chuva. Assim, sua retirada acabaria com a recarga de água, além de alterar o equilíbrio ambiental. Outra camada que também seria retirada, segundo artigo

publicado no jornal ‘O Gandarela’, editado pelo Movimento, é a de Itabirito, onde fica o minério de ferro. Como é nessa camada que a água fica armazenada e circula em direção às nascentes, o bombeamento da água exigido pela mineração alteraria o seu fluxo e o abastecimento de diversas regiões. “O Ribeirão da Prata, que desce em Raposos e tem tantas águas a ponto de ser um balneário da região, depende da integridade da Serra”, aponta Teca, que completa: “Estamos, em todo o país, vivendo e ouvindo falar sobre a falta de água, de situações cada vez mais difíceis nesse sentido. Como os governos e empresários continuam achando que tem sentido destruir um aquífero assim?”.

Há ainda outros elementos destacados pelo Movimento: a Serra do Gandarela comporta uma significativa biodiversidade e espécies de animais raras, algumas ainda não descritas e conhecidas, além de sítios arqueológicos de relevante valor científico. Exemplo disso é a paleotoca, uma toca de animais extintos localizada no conjunto de cavidades em que seria construída a Mina Apolo. Ali viveram os tatus gigantes, que até cerca de 10 mil anos atrás habitavam a América do Sul. São animais do período da megafauna, que viveram na terra por milhões de anos e chegavam a ter 250 quilos. Ao exemplificar as diversas formas pelas quais a Vale tentou licenciar seu empreendimento, Teca conta que por pouco a paleotoca não foi destruída. No início de 2009, a Vale tentou obter uma licença para realizar testes industriais em dois pontos da região. Seriam retiradas 16.500 toneladas de um dos pontos e 19.200 toneladas de outro, que seriam levadas em caminhões e testadas industrialmente na Mina de Brucutu. “Nós achamos aquilo estranho: por que Vale queria testar, se já conhecia o teor do minério de ferro da região? Sabíamos que havia algo de errado, mas eram identificados apenas dois pontos, com coordenadas geográficas. Nós

atuávamos no Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental, denunciámos ao Ministério Público o teste injustificado e a licença não foi concedida. Quando foi divulgado o estudo de impacto ambiental da Vale, dois anos depois, e fomos conferir, confirmamos: um dos pontos que seriam explodidos no teste era a cavidade em que está a paleotoca”, conta. Teca e o Movimento avaliam que, ao descobrir a área e seu valor geológico, a mineradora tentou destruí-lo para não ter problemas com o licenciamento futuro da mina. “E isso é apenas um exemplo, entre muitos, da forma como atua a empresa para conseguir seu licenciamento”, destaca.

Por esses motivos, desde 2009, quando começou a atuar de maneira organizada, o Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela apontou como uma de suas estratégias o impedimento do licenciamento de operação para a Mina Apolo. Junto a isso, pensando na preservação do local em longo prazo, elaborou-se a proposta de criação de um Parque Nacional na Serra do Gandarela, que foi encaminhado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente). Em outubro do ano passado, a presidenta Dilma Rousseff assinou um decreto e o Parque foi oficialmente criado. “Uma vitória, não é? Infelizmente, não”, pondera Teca. Ela explica que, por trás da aparente conquista, está mais um mecanismo de beneficiamento dos interesses privados e desconsideração das reivindicações da sociedade organizada. “Temos um Parque da Serra do Gandarela que não protege a Serra do Gandarela. Com 31 mil hectares, ele foi criado deixando de fora justamente as áreas em que a Vale deseja construir a megamina Apolo e expandir a mina Baú [licenciada de forma simplificada, como empreendimento de pequeno porte] e outras áreas em que há cangas e minério de ferro, cuja exploração é preten-

da por uma pequena empresa. São quilômetros de cangas, fundamentais para a recarga e armazenamento das águas da região”, explica. E completa, apontando que as distorções não param por aí: “Incluiu-se no Parque uma área que a comunidade tinha apontado que deveria ficar de fora, por ser uma região em que os moradores têm caixas de abelhas, coletam musgos para fazer artesanatos e manejam candeia [planta com propriedades anti-inflamatórias]. São pequenas comunidades que vivem nesse entorno e dependem disso para manter seu estilo de vida, que é sustentável. A proposta era que o Parque não fosse até ali, onde deveria ser criada uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Com a inclusão, essas comunidades ficam impedidas de exercer suas atividades e garantir seu sustento”.

Teca afirma que, mesmo diante das dificuldades, o Movimento está disposto a continuar mobilizado, especialmente pressionando pela reformulação do Parque. Ao analisar os documentos oficiais de sua criação, ela conta que confirmou não existir qualquer documento técnico que justifique a escolha por termos e limites diferentes do reivindicado pela comunidade. “Agora vamos para a luta para que se crie o Parque que as comunidades pediram e que cumpra sua função”, afirma. Ela conta que em 2015 o Movimento atuará unificando a pressão pelo Parque ao acompanhamento das ações da Vale na região. Segundo Teca, no apagar das luzes de 2014, a empresa realizou um encontro de seu Conselho de Administração na Malásia para tratar da Mina Apolo e, a partir daí, convocou uma reunião com seus acionistas tratando o empreendimento como um fato consumado. “A perspectiva da empresa é já incorporar a Mina Apolo aos seus ativos. Mas estamos divulgando a situação e entrando em contato com o Conselho de Administração para informar que não se pode tratar como ativo algo não garantido e que pode, inclusive, significar riscos para os acionistas. E vamos continuar. O que nos mantém firmes é a certeza que vem da alma e do coração, que nos faz caminhar apesar da dor, da indignação e da raiva”, finaliza.

De Minas ao Rio, um rastro de destruição

Os números são grandiosos: 525 quilômetros de mineroduto; 36 municípios, totalizando cerca de 950 mil pessoas afetadas; 8,8 bilhões de dólares em investimentos; 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro produzidas por ano inicialmente, e previsão de 90 milhões por ano após a expansão. O Projeto Minas-Rio, que compreende a extração de minério de ferro em Conceição de Mato Dentro e Alvorada de Minas, em Minas Gerais, um mineroduto que atravessa esse estado até o Rio



Em Piquiá de Baixo, comunidade convive com fumaça das siderúrgicas

Marcelo Cruz

de Janeiro, e um porto no distrito de Açu, em São João da Barra, Rio de Janeiro, é um megaempreendimento que tem mudado a vida das comunidades, mas não do jeito que se esperava.

Em 2008, a multinacional Anglo-American comprou do grupo MMX, pertencente a Eike Batista, o Projeto Minas-Rio. Dois anos depois, distribuiu gratuitamente nessas cidades um material em que afirmava seu compromisso com as comunidades impactadas e o meio ambiente: “Sabemos que a chegada de um empreendimento minerário a uma localidade mexe com a vida das pessoas, com o ritmo das cidades e com o meio ambiente. Por outro lado, também gera recursos que movimentam a economia local, viabilizam investimentos em saúde, educação e infraestrutura, criam empregos, criam oportunidades de novos negócios, programas produtivos com as comunidades, abrem perspectivas para a população, ampliam horizontes. Daqui a algum tempo, nossas famílias irão se mudar para a região. Por isso, também é nosso interesse pessoal ver a cidade crescer e prosperar”, diz o texto. Ele segue: “Queremos que a implantação do Projeto Minas-Rio venha acompanhada de crescimento ordenado e inteligente, que considere não só os aspectos econômicos, mas também atenda às necessidades de preservação dos recursos da natureza, resgate das manifestações culturais, respeito às individualidades e atenção às comunidades. Para isso, além de cumprir as condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental, vamos utilizar todo o conhecimento e experiência de uma empresa que tem 93 anos, atuação global, presença em 30 países, valores sólidos e compromisso com o desenvolvimento sustentável. Vamos nos valer também do diálogo permanente com as comunidades que nos acolhem, autoridades, órgãos governamentais, ONGs, representantes da sociedade civil das comunidades e demais parceiros”.

No entanto, os relatos apresentados por Patrícia Generoso, moradora de Conceição do Mato Dentro e integrante da Rede de Acompanhamento e Justiça Ambiental dos Atingidos pelo Projeto Minas-Rio (Reaja), revelam o outro lado dessa história. Lembrando que sua cidade era um ambiente único, com serras, preservação ambiental e tranquilidade, ela fala sobre as dificuldades enfrentadas inclusive para a organização da mobilização contra os impactos do empreendimento na região: “Não tínhamos nenhuma experiência de resistência, porque vivíamos em um paraíso”, diz. Contaminação de águas, mortandade de animais, assoreamento de cursos d’água, inchaço populacional, trabalho escravo, acidentes de trabalho, degradação das instalações da cidade e remoções são alguns dos temas que passaram a fazer parte do cotidiano dos moradores.

Patrícia conta que, assim como na Serra do Gandarela, a resistência aos impactos do Projeto Minas-Rio começou de forma localizada nos municípios. Em 2012, em conjunto com instituições como as Universidades Federais do Rio de Janeiro e Minas Gerais e o Ibase, as comunidades promoveram um intercâmbio entre os atingidos em Açu, no Rio de Janeiro, e assim tiveram uma visão panorâmica do projeto e seus impactos. A partir daí, a mobilização passou a acontecer de maneira articulada, com a constituição da Rede. Hoje, uma série de denúncias sobre as violações e ações legais para revertê-las fazem parte do dia-a-dia dessas comunidades, que se organizam de forma autônoma. Patrícia conta que, durante algum tempo, a atuação ficou restrita aos limites impostos pelo Ministério Público. “Com o tempo, começamos a ver que o Ministério Público não estava sendo um parceiro e sim uma ameaça, porque queria que fizéssemos concessões à empresa e ao Projeto. Agora, somos nós os protagonistas de nosso movimento”, diz.

Uma das principais denúncias que têm sido vocalizadas pelo Movimento Reaja está diretamente relacionada aos impactos na saúde e ambiente: os cursos d’água na região sofreram contaminação e assoreamento, o que impede a produção agrícola e a manutenção das formas de vida das comunidades. “Para a concessão de licença de operação para o projeto havia um condicionante que garantia à comunidade os usos tradicionais da água, inclusive para consumo humano. A Anglo-American foi às casas dos moradores e informou que a água estava própria para o consumo. Duas semanas depois, houve uma grande mortandade de peixes. Ainda assim, a licença de operação foi concedida. No mesmo dia, o Ministério Público tomou conhecimento de um laudo que atestava a contaminação da água por amônia. Toda a comunidade apontava que as patas dos cavalos e bois que entravam nos rios estavam ficando feridas, que os peixes tinham morrido e que se sentia ameaçada”, denuncia.

Além disso, os moradores de Conceição do Mato Dentro sofreram os impactos de uma bacia de contenção construída pela empresa para conter resíduos. Pouco depois de construída, não suportou o peso dos materiais e se rompeu. Nesse processo, os rios ficaram enlameados e muitas áreas foram atingidas. Patrícia conta ainda que, além disso, foi construída uma barragem de rejeitos acima de uma comunidade em que vivem trinta e sete famílias. “A garantia oferecida a esses moradores que vivem logo abaixo da área da barragem é a capacidade técnica do setor de engenharia da empresa. Claro que há desconfiança, por ser a mesma empresa que fez a obra da bacia que se rompeu. Mas o temor dos moradores não é considerado. Segundo a empresa, é um receio, e não um risco real”, diz, apontando que os problemas vão além. “Na área do trabalho, uma fiscalização identificou 100 haitianos em situação análoga à escravidão em 2013. Em 2014, uma nova fiscalização identificou mais 167 trabalhadores em condições de escravidão”, lembra Patrícia, que conta que os trabalhadores chegavam à cidade pela manhã e eram aliciados na rua, onde ficavam

esperando, deitados pelo chão, para fazerem suas fichas de admissão. Ela diz que também houve greves de trabalhadores por melhores condições de alimentação e moradia, e conta que um alojamento de operários foi incendiado.

Na área da educação, que, como você viu acima, seria umas beneficiadas pelo empreendimento segundo o material da Anglo-American, a situação também é delicada: “Nossa cidade não tem mais escola. O prédio que era usado pela comunidade e abrigava cerca de dois mil alunos foi interditado porque teve suas estruturas abaladas pelas obras. Hoje, os alunos assistem às aulas em uma quadra poliesportiva”, lamenta a militante, destacando que o dia-a-dia dos que se dispõem a denunciar todas essas violações é marcado também por diferentes formas de repressão. Os militantes do Reaja têm sido criminalizados, sofreram processos e ações de interditos proibitórios pela empresa, o que os impede de atuar. Alguns foram inclusive processados pelo Ministério Público. Destacando as dificuldades enfrentadas por todas as comunidades, Patrícia aponta a necessidade de os estudos dos impactos de empreendimentos levarem em conta os danos à saúde mental causados por esses processos. “Quero propor que toda vez que se estude impactos à saúde, se investigue principalmente o quanto projetos de mineração abalam a saúde mental. Antes eu entendia que, se a licença de operação do Projeto fosse concedida, não haveria mais possibilidade para nós. Minha vida se impactou de tal forma que eu sentia que preferia morrer a viver assim. Mas a licença foi aprovada. Nesse processo tão violento, isso aconteceu de forma também violenta, com a presença de vários policiais armados intimidando a comunidade que se manifestava”, conta.

Ela se refere à reunião do Conselho Estadual de Política Ambiental, vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e De-

envolvimento Sustentável de Minas Gerais, que, em setembro do ano passado, aprovou a última licença necessária ao funcionamento do empreendimento, referente à operação na mina a céu aberto em Conceição do Mato Dentro, à unidade de beneficiamento em Alvorada de Minas e à barragem de rejeitos. Após 11 horas de reunião, por 15 votos a favor a quatro contra, a licença foi concedida. Entre os votos contrários, está o do Ministério Público Estadual, que apresentou um relatório apontando as pendências ambientais do projeto. Semanas antes, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) havia concedido a licença para operação do mineroduto. Com a obtenção das licenças, o Projeto iniciou a exportação de minério de ferro. Um mês depois, em 25 de outubro, um navio com mais de 80 mil toneladas de minério partiu do Porto do Açu em direção à China. Patrícia conta que, depois do início das operações, as violações continuaram e assumiram novas formas. “Há novos impactos sobre a comunidade, como as vibrações nas casas e o barulho causado pela operação, e mesmo assim ainda não há o reconhecimento, pela empresa, de todos os atingidos pelo empreendimento. Os órgãos reguladores seguem tratando nossas demandas com ironia e descaso”, denuncia.

No Maranhão, uma conquista diante das violações

A experiência relatada por Antônio Filho, da comunidade de Piquiá de Baixo, no município de Açailândia, Maranhão, converge em vários aspectos com as de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Na região, produtora de ferro gusa, violações de direitos, impactos no ambiente, na saúde e no modo de vida das comunidades e concessão de benefícios ao setor privado também fizeram parte do dia-a-dia dos moradores. No entanto, uma conquista obtida a partir da luta dos moradores faz com que o diagnóstico dali seja mais positivo.

Antônio conta que a região é marcada por constantes conflitos, a partir da degradação do meio ambiente e problemas de saúde dos moradores, provocados pela atividade mineradora nos últimos vinte anos na região. Em Piquiá de Baixo há quatorze altos-fornos de produção de ferro gusa e essa produção, junto ao minério de ferro, é escoada através da estrada de ferro de Carajás, que passa por ali. Há cinco empresas siderúrgicas instaladas na comunidade. A fuligem causada pela siderurgia, assim como o barulho praticamente ininterrupto dos trens, entra nas casas dos moradores e não os deixa esquecer que vivem em um polo



Marcelo Cruz

Estrada de ferro Carajás atravessa Açailândia

siderúrgico. São 1.115 pessoas, de 312 famílias, que vivem há mais de 20 anos na comunidade. As paredes de suas casas ficam avermelhadas, por conta da poluição causada pela siderurgia, e há pessoas com doenças de pele, respiratórias, problemas de visão e outros. “São 18 trens que passam duas vezes por dia. A cada quarenta minutos passa um trem muito próximo à comunidade. O empreendimento da estrada de ferro está sendo duplicado agora, então em breve será o dobro disso em número de trens e vagões circulando. A qualidade de vida dessas comunidades tem níveis baixos, e o que empreendimentos deixam nos locais é insignificante diante do prejuízo que causam”, explica. E lembra: “Toda floresta que tínhamos nos anos 1960 e 1970 foi retirada pela indústria madeireira. Depois, a partir do fim dos anos 1980, a indústria siderúrgica retirou a vegetação mais fina para fazer o carvão. Não existe indústria autossuficiente em floresta para produção do carvão e isso tem deixado um rastro de isolamento e degradação ambiental. Não existe benefício social, político e cultural em Açailândia a partir desses empreendimentos, como é dito pelos empresários”.

Até 2007, os moradores, organizados em associação, tentavam resolver seus problemas no âmbito municipal. Antônio conta que havia reuniões com o prefeito, vereadores e com as empresas de siderurgia. A reivindicação era de que as empresas colocassem filtros em suas áreas de produção, para diminuir a poluição, e que fosse fechada uma área de fragmentação de pedras que se localizava próximo às residências. Antônio conta que a única proposta oferecida pela prefeitura era a concessão de lotes para que os moradores de lá saíssem e, por iniciativa própria, construíssem novas casas em outros locais. “Em 2007, a associação de moradores do bairro, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos, o grupo de missionários



Audiência Pública com movimentos sociais discute efeitos da mineração

combonianos e a Rede Justiça dos Trilhos se articularam e começaram divulgar a situação de Piquiá de Baixo nacional e internacionalmente. O problema ganhou visibilidade e, com isso, as empresas começaram a ser pressionadas e se posicionar”, diz.

Ele lembra que nesse mesmo ano foi feito um levantamento técnico da água e do ar, que comprovou aquilo que a comunidade denunciava: a impossibilidade de convivência humana ao lado dos empreendimentos de ferro gusa. Assim, em 2008, os moradores optaram por lutar não para ficar, mas para sair: a ideia era conquistar um novo espaço em que se pudesse viver com dignidade longe da contaminação. Quatro anos depois, conquistaram a emissão de posse de uma área de 38 mil hectares e o comprometimento do sindicato das empresas com o pagamento do valor do terreno e financiamento da elaboração do projeto técnico urbanístico para a comunidade. “A Vale colocou a assessoria técnica dela à disposição para construir esse projeto, mas a associação não aceitou. Uma das condições era que a própria associação pudesse escolher qual assessoria técnica queria para a construção do projeto”, conta Antônio.

Em 2013, foi contratada a empresa Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado, que fez um estudo junto à comunidade para a elaboração do projeto. A proposta foi entregue ao município no mesmo ano, e trazia algumas diretrizes mínimas exigidas pela comunidade: os moradores não poderiam ter nenhum tipo de custo com esse reassentamento, os modelos de casa deveriam ser diferenciados e ter um tamanho com área para cultivo de hortaliças. Uma parte do orçamento para o projeto, de R\$ 26 milhões, será financiada pela Caixa Econômica, através do Programa Minha Casa, Minha Vida. Outra parte será custeada pela Fundação Vale e outra pelo Sifema, o sindicato das siderúrgicas. Também com muita mobilização, os moradores já conquistaram os R\$ 26 milhões desse orçamento, e contam com o início das obras do novo bairro em junho deste ano.

Partindo da análise dos conflitos, Bruno Milanez conclui destacando a importância de se desconstruir o mito de que a mineração seria um ‘mal necessário’ para garantir desenvolvimento econômico e crescimento. Ele chama atenção para a fragilidade desse modelo intensivo de produção e exploração de recursos naturais também na esfera econômica: “Essa estratégia não garante um crescimento econômico de longo prazo. Países com grande participação de recursos naturais em sua pauta de exportação tendem a ter uma taxa de crescimento econômico menor. O preço das *commodities*, de forma geral, têm uma volatilidade maior do que o dos produtos industrializados. A alta participação de produtos primários na pauta de exportação faz com que a receita das exportações oscile mais, aumentando a chance de desestabilizar o saldo da balança comercial e, em última instância, a balança de pagamentos. Ao mesmo tempo, à medida que se ampliam tais atividades na economia brasileira, também cresce a degradação ambiental, gerando uma piora na qualidade de vida e intensificando os conflitos ambientais. O país, então, está correndo sério risco de ficar pior do ponto de vista social, ambiental e econômico”, finaliza. ●

30 anos depois...

"Tancredo de Almeida Neves, de 74 anos, foi eleito ontem o primeiro presidente civil da República desde a Revolução de 1964, num dia de grandes festas em todo o País para comemorar o início da 'Nova República' prometida"

O Estado de São Paulo,
16 de janeiro de 1985

"A votação: 480 x 180. Os candidatos da Aliança Democrática, Tancredo Neves e José Sarney, foram eleitos ontem pelo Colégio Eleitoral com uma diferença de 300 votos sobre seus oponentes do PDS, Paulo Maluf e Flávio Marçilio"; "Às 11h34min de ontem, o País inteiro explodiu em uma só alegria, o verde e o amarelo tomaram conta das ruas e das roupas e o Hino Nacional, cantado com orgulho e emoção, tornou-se o maior sucesso musical. Quando Tancredo Neves foi eleito o primeiro presidente civil em 20 anos, de Brasília ao Rio, de Belém a Porto Alegre, do alto dos prédios caíram papeis picados, do solo subiram balões e as buzinas e os gritos confundiram-se em um só som"

O Globo, 16 de
janeiro de 1985

"Acabou o ciclo autoritário; Tancredo é o 1º presidente civil e de oposição desde 1964".

Folha de São Paulo,
16 de janeiro de 1985

"A eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República marca o fim de um ciclo na vida política brasileira. Se o momento é o da valorização da democracia, e da esperança de implantá-la em breve, não se trata contudo de simplesmente virar uma página na História do País, na recusa a encarar de frente o que foi o período autoritário e a avaliá-lo com maturidade. Sua memória não pode desaparecer na cômoda impressão de que, hoje, os desmandos e práticas condenáveis que o caracterizaram não seriam mais concebíveis, ou de que são felizmente coisa do passado."

Editorial da Folha de
São Paulo, publicado
na capa da edição de
16 de janeiro de 1985

Faz 30 anos que, por meio de voto indireto, Tancredo Neves foi eleito presidente do Brasil. Em 15 de janeiro de 1985, o político mineiro, uma das principais lideranças do movimento Diretas Já, era eleito pelo Congresso como candidato da Aliança Nacional, tendo como vice José Sarney. A aliança entre o PMDB e a Frente Liberal foi costurada depois da derrota da emenda que poderia restituir o voto direto no país. O fato marca formalmente o fim da ditadura empresarial-militar que durou 21 anos e, no processo de consolidação do capital monopolista no país, impôs uma série de violações aos direitos humanos e cassou sistematicamente os direitos políticos. Tancredo Neves, no entanto, não chegou a tomar posse como presidente. Um dia antes da cerimônia foi internado em Brasília para uma cirurgia de urgência e, após uma série de complicações hospitalares, faleceu em São Paulo no mês seguinte. Sarney, que por anos foi figura destacada do Arena, partido de sustentação do regime empresarial-militar, tornou-se assim o primeiro presidente civil depois da ditadura. Em 2015, quando ainda se discute no Brasil a extinção dos "autos de resistência", ato administrativo herdado da ditadura e que tem sustentado a execução sumária, pelo Estado, de milhares de jovens negros nas periferias de todo o país, e quando ativistas seguem sendo presos e processados por participarem de manifestações, permanece em pauta o debate sobre o caráter da democracia constituída no Brasil após o fim do regime empresarial-militar.



CRISTINA PANIAGO

"Toda a luta pela emancipação humana só pode se dar contra o capital"

André Antunes

O setor saúde se prepara para participar da 15ª Conferência Nacional de Saúde, marcada para acontecer este ano, em que se completam 25 anos da aprovação da lei que regulamentou o controle social no SUS, a 8.142/90; no fim de 2014, por sua vez, aconteceu a 2ª Conferência Nacional de Educação, que buscou formas de colocar em prática o Plano Nacional de Educação, finalmente aprovado depois de quatro anos de tramitação no Congresso. É nesse contexto que a professora de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) Cristina Paniago faz um balanço dessa forma de participação social no Estado. Para Cristina, o controle social não tem conseguido nem ao menos frear a supressão de direitos sociais conquistados anteriormente. Ela acredita que as formas tradicionais de participação política dos trabalhadores - incluindo o controle social, os sindicatos e movimentos sociais, entre outros - são inadequados para disputar espaço numa conjuntura marcada pela crise estrutural do capital, e defende que é preciso criar novas formas de organização dos trabalhadores que tenham como meta a construção de uma alternativa ao capitalismo, e não a busca de legitimação pelo Estado capitalista.

Qual é o balanço que você faz do controle social na definição das políticas públicas desde a redemocratização?

Para fazer um balanço precisaria pontuar: quais foram os ganhos em termos de autonomia organizativa das massas populares ou dos trabalhadores? Deveríamos avaliar e contabilizar qual foi a acumulação de forças que nós tivemos para poder fazer os embates mais vigorosos com o capital. A defesa daqueles que ainda insistem na possibilidade, apesar dos percalços e dos fracassos, de alcançar algum êxito com a participação dentro dos meios institucionais do Estado através do controle social propõe ocupar o Estado para expandir conquistas sociais, politizar o uso dos recursos públicos e da atuação na esfera pública e transformar a natureza do Estado. E o que vemos de resultado nesses 20 anos? De uma forma mais abrangente, olhando o período histórico e não períodos e locais específicos foi: cooptação, colaboração de classes, subordinação aos critérios impostos pelos espaços legais e impotência diante do agigantamento dos problemas sociais que temos enfrentado com a crise do capital. Apesar de todas as barreiras, restrições e impossibilidades, há a afirmação idealista de que devemos continuar tentando. Analisar só benefícios circunstanciais nos leva a perder a noção do que está em jogo: o aprofundamento dos males sociais, o desemprego crônico, a incidência de maior sacrifício para a classe trabalhadora para sustentar e tirar o capitalismo dos impasses que ele está vivendo para manter o crescimento da lucratividade. Sequer conseguimos conter o avanço do capitalismo na desvalorização da classe trabalhadora, dos salários, das condições de vida e por último, que é o nosso foco fundamental, das políticas públicas. Deveríamos colocar, nessa altura da história, uma posição bastante preocupante de insistirmos nesse meio quase que exclusivamente em muitos setores nos campos das políticas sociais sem criarmos formas alternativas diante da sua ineficiência no último período.



Em que medida essa ineficiência é fruto de uma desmobilização no sentido de disputar esses espaços e em que medida é fruto de um problema de cunho estrutural do controle social institucionalizado, na sua opinião?

A questão da eficiência ou não do controle social não é fundamentalmente da situação de mobilização da classe trabalhadora, porque se houve de fato uma mobilização como tem se anunciado do ano passado pra cá, de manifestação de massa, essas movimentações não vieram provocadas ou favorecidas pelo controle social; elas vieram porque sentiram efetivamente a degradação da condição de vida da classe trabalhadora. Analisar só a esfera institucional de participação é muito restritivo para ver

o conjunto da luta de classes e as condições históricas nas quais ela tem se desenvolvido nos últimos tempos. Vivemos numa situação de crise estrutural do capitalismo. Isso é inegável. Num momento de ascensão do capitalismo, esses meios institucionais tiveram alguma condição de ser veículo tanto de reivindicação quanto de regulamentação e gestão em alguns aspectos das políticas sociais. Quando entramos na fase de crise, fomos perdendo aquilo que em momentos anteriores pudemos conquistar em termos de expansão de direitos, da abrangência e cobertura universal de alguns benefícios sociais, na medida em que a própria crise do capital passou a exigir do Estado maior colaboração inclusive do ponto de vista financeiro, complementando o próprio mercado de forma muito mais ativa do que já tinha feito no passado.

Em sua opinião as Jornadas de Junho deixaram alguma lição no que se refere às possibilidades de intervenção social no Estado?

Acho que as Jornadas de Junho são uma prova histórica do meu argumento. O capitalismo mudou no sentido de que teve que agravar ainda mais a exploração da classe trabalhadora. Para isso teve que retirar conquistas da classe trabalhadora que porventura, no momento anterior de ascensão, pôde reconhecer através da distribuição dos recursos, da legalização e regulamentação das políticas. E o que percebemos com as Jornadas de Junho é que não se esperou reconhecimento ou os canais oferecidos pelo Estado para essa discussão das necessidades reais da classe trabalhadora. Foram para a rua, e não porque as organizações sociais dos trabalhadores, seus movimentos sociais, sindicatos e partidos os levaram. Aquilo que investimos tanto como meio auxiliar para essa mobilização social

não precisou comparecer para haver a reivindicação de massas. Então ao retornar essa movimentação social de massas – que tem uma série de problemas, insuficiências, mas é vigorosa, é autêntica, e aponta uma tendência que não é só do Brasil – temos que olhar mais para essas formas alternativas e tentar recuperar essa autenticidade, essa autonomia, que não se canaliza para dentro do Estado para poder se mostrar e colocar em pauta suas necessidades. O Estado muitas vezes, ao nos levar para dentro dele, nos limita no sentido de traduzir as reivindicações dentro do formato que ele previamente determina. E sem a força das ruas não temos sequer condições de avançar dentro do Estado. Com as forças das ruas não precisamos desses meios dentro do Estado. Essa é a contradição que precisamos estudar melhor para potencializar o que está por vir. Para que não percamos o bonde da história.

E quanto às formas alternativas de produção e distribuição de riqueza que existem atualmente, como a autogestão e a economia solidária, por exemplo: têm algo a acrescentar nesse debate, em sua opinião?

Eu posso estender boa parte da crítica que fiz ao controle social também a essas alternativas que tentam fazer alterações da forma de produzir riqueza em enclaves, dentro da própria ordem do capital, porque elas acabam sendo contaminadas pelo mercado. Ainda permanecem nessas organizações os mesmos critérios que constituem a forma de ser do capitalismo: o lucro, a mais-valia, a mercadoria, o valor de troca. Então não há condição de alterar a ordem social, que é abrangente, globalizada e totalitária através do pouco a pouco, de unidades isoladas que vão se juntando de uma forma que o capitalismo não consegue absorver. Ao contrário, se crescer ameaça sua própria lógica. E aí o combate será feroz, como tem sido. Autogestão só é possível numa outra sociedade, onde a autodeterminação seja possibilidade de uma sociedade igualitária, sem classes. Economia solidária é uma alternativa paliativa, desmobilizadora e que tenta conciliar com o mercado as necessidades de emancipação do trabalho. E não há possibilidade, dentro da lógica do mercado capitalista, de o trabalhador ter outro lugar que não seja produzir riqueza para concentrar riqueza. A economia solidária não questiona a propriedade privada: ela tenta transformá-la em um meio coletivo de propriedade privada. É uma confusão de conceitos, inclusive: ser proprietário dos meios não garante a emancipação daquele proprietário, porque ele continua proprietário para competir com outros coproprietários no mercado. Proprietários individuais competindo com proprietários coletivos: isso mantém a mesma ordem da lógica do capital. Não conseguiram produzir algo de novo porque é impossível dentro do capitalismo construir alternativa a ele.

Você pode citar exemplos de novas formas de organização que têm potencial para fazer essa crítica ao capitalismo?

Vivemos num momento da história que é absolutamente inusitado desde que há capitalismo. A crise estrutural impôs muitas modificações na luta de classes, das quais nós ainda não temos consciência o suficiente para, a partir do reconhecimento dessa nova conjuntura, construir novos meios. Há períodos na história em que não basta repetir o mesmo. E há um momento em que o próprio reconhecimento vai gerar novas intervenções, novas relações na luta de classes, e elas é que vão projetar os meios adequados. Não existe fórmula. Todas as formas que a classe trabalhadora tem utilizado até hoje – sindicatos, partidos, movimentos sociais, formas

alternativas de autogestão, controle social, orçamento participativo – são inadequadas para nova conjuntura que estamos vivendo na crise estrutural. A classe trabalhadora soube criar, de acordo com a sua história anterior, os meios com os quais lutou contra as desigualdades sociais até a eclosão da crise estrutural. Estes meios já não servem efetivamente para os desafios atuais, como vimos recentemente nos explosivos conflitos sociais em todo o mundo, os quais prescindiram dos movimentos sociais, dos sindicatos e dos partidos pré-existentes ao demonstrarem a força do movimento de massas na pronta reação à crise política e econômica avassaladora, ainda que insuficientemente compreendida em toda sua extensão, gravidade e permanência. Por necessidade de garantir sua própria existência social, a classe trabalhadora passa a inventar novas formas de enfrentamento diante dos penosos danos sociais provocados pela crise estrutural do capital. Participação autônoma e experiência de luta independente tem sido um apelo crescente na luta de massas. Temos que estar atentos a isso e evitar impor os meios tradicionais de luta como os únicos canais de expressão e fortalecimento da luta da classe trabalhadora. A organização de classe surge como resposta a uma luta que se impôs em situações históricas concretas, e sua eficácia deve ser comprovada pelo avanço da independência da classe trabalhadora e não pelo aumento de sua dependência às instâncias institucionais legitimadas pelo Estado capitalista.

Mas como é possível que as formas de organização dos trabalhadores que irão contribuir para a superação do capitalismo surjam com o capitalismo ainda em vigor? O que impede que aconteça com essas novas formas o que aconteceu com as tradicionais, que você citou anteriormente, e que também foram formas de organização e participação social dos trabalhadores criadas por eles no processo de resistência contra a exploração capitalista em determinadas conjunturas?

O fato de ainda não sabermos o que e como levar a luta nesta nova situação histórica de crise estrutural do capital não nos autoriza reproduzir o “mesmo”, como justificativa do ‘possibilismo politicista’. Daríamos um grande passo adiante se admitíssemos que o que fazemos é insuficiente e nos afasta progressivamente da luta emancipatória dos trabalhadores. Há momentos na história em que é mais fácil ver o que não se deve repetir, ainda que não tenhamos a capacidade de gerar os meios necessários para intervir criativamente de imediato na luta de classes a favor dos interesses emancipatórios dos trabalhadores. A mudança radical entre a fase de ascendência do sistema do capital, na qual a luta por melhorias dentro do capitalismo pôde sustentar alguns ganhos defensivos para a classe trabalhadora e a ilusão de um avanço progressivo até sua emancipação da exploração do capital, como pregava o reformismo socialdemocrata, e a atual fase de crise estrutural provocou enormes alterações na luta de classes. A capacidade do sistema do capital em garantir, como fez antes, a reprodução social universal, ainda que extremamente desigual, passa a ser enormemente comprometida, colocando em risco a própria sobrevivência da humanidade. Toda a luta pela emancipação humana só pode se dar contra o capital, e agora com a crise estrutural do sistema deve-se visar não apenas à atenuação da exploração, mas a constituir-se uma alternativa social hegemônica a ele e não se colocar como objetivo reformá-lo. A crise estrutural exige uma inovadora ação política da luta de classes, com abrangência de massas.

Sem uma crítica e uma autocrítica das experiências históricas de luta da classe trabalhadora dificilmente nos tornaremos capazes de superar o caráter reformista da luta democrática e da participação social que há décadas aguarda, através da luta institucional dentro e fora do Estado, por resultados positivos em direção à superação das desigualdades sociais e à consecução de uma organização autônoma da classe trabalhadora.

Como avalia a polarização em torno do decreto da presidente Dilma Rousseff para criação da Política Nacional de Participação Popular, que foi rejeitado na Câmara dos Deputados logo após as eleições depois de ser tachado de autoritário e “bolivariano”? E que prognóstico faz para essa área nos próximos quatro anos?

Essas contradições não podem nos cegar. Não adianta olhar a política de forma casuística em alguns pontos em que aparentemente há interesse da classe trabalhadora dentro do Congresso. Esse combate encobre inclusive todas as medidas muito mais radicais e danosas para a classe trabalhadora que estão sendo e serão implementadas pelo governo e das quais nós sequer tomamos conhecimento ou criamos meios para combater. Acho inócua essa discussão sobre um projeto que tem uma oposição conservadora dentro do Congresso, o que poderia provocar uma tendência nossa de cerrar fileiras a combater no Congresso a defesa do projeto. Não estamos cerrando fileiras no fundamental. A defesa de um projeto de participação social em nada altera o que está sendo feito agora com o aumento do superávit primário, com a retirada de alguns direitos que estão em vista pelo governo, do seguro-desemprego, das pensões, do archo salarial que vai vir. ●

Capital estrangeiro na saúde

Nova lei, já sancionada pela presidente, prevê abertura ao capital estrangeiro nos serviços de saúde. Iniciativa é vedada na Constituição, mas vai ao encontro de estratégias do mercado para o setor. Diversos movimentos ligados à saúde protestam.

Viviane Tavares



Sindsprev

O mercado já anunciava que 2015 traria grandes surpresas para o setor da saúde. Uma pesquisa realizada a pedido da consultoria Accenture pela *Economist Intelligence Unit*, agência de pesquisas e consultoria para negócios associada ao jornal inglês *The Economist*, publicada em janeiro, apontou que os executivos de companhias da área de saúde estavam entre os mais otimistas para o ano. Segundo a pesquisa, o grau de confiança no setor é de 52%, à frente de áreas como telecomunicação, com 44%, e serviços financeiros, com 42%. A Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) anunciou o crescimento do setor de 18% comparado ao ano anterior. Para completar a onda lucrativa da saúde e aquecer ainda mais o segmento, a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei 13.079 no dia 20 de janeiro, alterando a 8.080/1990, lei orgânica da saúde, e permitindo a participação direta e indireta de capitais estrangeiros na assistência à saúde, inclusive no controle de empresas.

Com esta iniciativa, o mercado de saúde entrou em alvoroço. A chamada de capa da edição de 21 de janeiro do *Valor Econômico*, principal jornal do empresariado, foi direta: “Foi aplaudida a permissão para que o capital estrangeiro entre, de forma irrestrita, em hospitais no país”. O presidente da Associação Nacional dos Hospitais Privados (Anahp), Francisco Balestrin, por sua vez, informou que esta nova lei “corrige assimetrias” e que “o capital vai voltar olhar para o setor da saúde”. A questão é: agora que o mercado está de olho, como vai ficar o sistema público de saúde?

Como mudou? O que mudou?

Não é de agora a proposta de mudança da lei para permitir o capital estrangeiro nos serviços de saúde. E há muitos interesses em jogo, como apontam os especialistas e pesquisadores entrevistados nesta matéria. Desde 2009, um Projeto de Lei do Senado, o PLS 259/2009, de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), tramitou com o intuito de alterar a Lei nº 8.080, que complementa o artigo 199, parágrafo 3º, da Constituição e diz: “É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei”. A lei, em seu artigo 23, define claramente esses casos excepcionais, que eram as doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos, além dos serviços de saúde sem finalidade lucrativa oferecidos por empresas para atendimento dos empregados e dependentes que não tenham ônus para a seguridade social. Ela deixava claro ainda que a autorização para qualquer caso seria dada pela direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), além de submeter ao seu controle as atividades desenvolvidas e os instrumentos firmados.

Na justificativa do PLS 259/2009, o senador relata que a iniciativa vem por conta das “notórias dificuldades enfrentadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no desempenho de todas as ações destinadas a cumprir os conselhos do artigo 196 da Constituição, segundo os quais a saúde é direito de todos e dever do Estado”. “A assistência médico-hospitalar, a reabilitação física, os exames laboratoriais e de diagnóstico por imagens são exemplos de componentes da assistência à saúde para as quais o SUS não dispõe de serviços que atendam satisfatoriamente a população”, enumera o senador em sua explanação. Por isso, ele argumenta ainda, por conta de o SUS não satisfazer plenamente o direito à saúde, a iniciativa privada supriria esses gargalos “mediante a oferta das ações que não são de execução reservada ao setor público”.

O projeto foi arquivado em dezembro do ano passado, por ocasião do fim do calendário legislativo, mas suas ideias centrais e justificativas voltaram à tona no mesmo mês, quando foi apensado à Medida Provisória 656/2014 pelo deputado Manoel Junior (PMDB-PB). O que causou estranheza foi como este processo foi conduzido. A MP, por exemplo – que tratava inicialmente no reajuste de tabelas de impostos de renda e outras matérias civis tributárias e financeiras relacionadas à importação –, ao ser encaminhada à sanção presidencial, sendo transformada na lei de conversão nº 18, agregou diversas outras temáticas como dívidas de clubes de futebol e de empresas de radiodifusão com a União, estatuto do servidor público federal, construção de aeroporto privado, contratação de parceria público-privada pelos poderes executivos e judiciário e a abertura do capital estrangeiro na oferta de serviços à saúde. Além disso, o processo tramitou em caráter de urgência, levando pouco mais de um mês – e com os intervalos das festas de fim de ano – para sair do Senado até ser sancionado pela presidente.

Letra da lei

Uma das primeiras pessoas a se manifestar contra este projeto, quando ainda estava em tramitação, foi a coordenadora do Instituto de Direito Sanitário Aplicado (Idisa), Lenir Santos, ao publicar o artigo ‘Abertura ao capital estrangeiro na oferta de serviços de saúde’. Segundo ela, este texto quer fazer da exceção uma regra. “Publiquei meu artigo usando como título exatamente o que eles colocam no texto, que é uma afronta à Constituição, que veda o capital estrangeiro na saúde. Esse texto quer abrir as exceções listando uma série de novas possibilidades [ver box na página 21]. Esses casos, no entanto, são praticamente todos aqueles que englobam o conceito de assistência à saúde, onde a iniciativa privada brasileira tem liberdade para atuar. A pergunta então passa a ser: o que está vedado agora, como aponta a Constituição?”, reflete Lenir.

Em seu artigo publicado pelo Idisa, Lenir lembra que este caso não é novo. “A Lei 9.656, de 1998, que dispõe sobre planos de saúde, também criou uma exceção à regra geral constitucional de vedação de capital estrangeiro na saúde, ao permitir no § 3º, do artigo 1º, essa participação. Foi a partir desta aprovação que o grupo estadunidense United Health comprou o Grupo Amil em outubro de 2012, em uma transação de R\$ 6,49 bilhões, em quase 90% das ações da maior empresa de planos de saúde brasileira. Desta vez, nem se deram ao trabalho de criar uma exceção, mas acintosamente tentam alterar o texto constitucional por lei, ou melhor, por medida provisória convertida em lei”, critica.

O procurador de justiça do estado do Paraná Marco Antonio Teixeira assevera que este é um problema sério, tanto na questão jurídica como no enfraquecimento do sistema de saúde vigente. “Uma mudança dessa envergadura chama a atenção por outros detalhes, e acho que esse é o pano de

fundo. Em primeiro lugar essa mudança vem embutida em uma medida provisória com vários assuntos que não conversam entre si. Você não tem clareza do que trata aquele texto. Isso é um absurdo. A saúde está sendo tratada neste caso como uma feira livre. Por que não colocar em uma MP autônoma?”, indaga, e completa: “O segundo ponto é que isso não foi debatido. Não foram realizadas audiências públicas nem levado em consideração o parecer anterior sobre a mesma temática. O que será que pensa a iniciativa privada brasileira sobre esse capital estrangeiro? O Conselho Nacional de Saúde, que representa a sociedade na fiscalização do SUS e é a mais alta instância de controle social, emitiu uma nota [ver box na página 20] se manifestando contra. Nada impedia que isso fosse claramente discutido, nada impedia que houvesse clareza no processo legislativo, emitindo ou editando uma MP especificamente para isso. Isso traz uma preocupação muito grande”, afirma. O procurador também chama a atenção para a recorrência da pauta no Legislativo. “A que interesse ela corresponde para estar sempre tão presente? Eu não tenho a clareza. A certeza que tenho é da sempre recorrente preocupação dos que defendem o Sistema Único quando essa pauta volta à tramitar”, lembra.

Um debate mais amplo

A pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) Maria Angélica Santos afirma que, além da questão constitucional, é preciso, diante da dinâmica capitalista recrudescente, fazer previsões de como esse novo modelo vai funcionar e qual impacto real isso vai ter. Maria Angélica resgata que, ao longo dos últimos trinta anos, o Brasil tem caminhado para um predomínio de sistemas que tratam os serviços de saúde como um bem de consumo. “Ao analisar os impactos da abertura dos serviços de saúde no Brasil ao capital estrangeiro, o

Veta, Dilma! E a presidente sancionou.

Diversas instituições se posicionaram contra esta mudança da Lei Orgânica da Saúde. O Conselho Nacional de Saúde publicou uma nota de reprovação à MP ainda em dezembro. O Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes) também publicou um texto de repúdio em que chamava atenção para o desmantelamento do SUS. A Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde também se posicionou contra a aprovação, em nota que dizia: “Essa emenda só aumenta a forte tendência de mercantilização da saúde que temos vivenciado, e retrocede de maneira significativa a luta histórica da Reforma Sanitária pela saúde como direito”.

Uma nota assinada ainda pela Associação Brasileira da Saúde Coletiva (Abrasco), Associação Brasileira de Economia da Saúde (Abres), Associação Paulista de Saúde Pública (APSP), Associação do Ministério Público para a Saúde (Ampasa), Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme), Cebes e Instituto de Direito Sanitário Aplicado (Idisa) afirma que isso também é uma forma de apropriação do fundo público. “Não foi isso que o povo brasileiro aspirou em seu texto constitucional de 1988, nem o que aspira hoje. É desejo nacional que a saúde permaneça como direito de e para todos, com qualidade. A que interessa a abertura do capital estrangeiro na saúde brasileira? Àqueles que não querem que o SUS dê certo. São os que têm medo do sucesso do SUS, impedindo-o de todas as maneiras de ser um sistema de justiça social”.

primeiro ponto importante a admitir é que a financeirização, ou comoditização, da saúde brasileira no âmbito internacional já acontece há tempos. No caso do Brasil, pelo menos, desde o lançamento de ações da Amilpar na bolsa de valores de Nova Iorque”, relembra, e completa: “Outro exemplo vem com a Rede D’Or, que fez uma operação em 2010 na qual captou recursos do Banco Mundial, usando a intermediação do Banco BTG Pactual, por debênture. Dessa maneira, o Banco Mundial virava seu credor, mas a dívida poderia ser transformada em ações. Então, na verdade, há captação de investimento estrangeiro usando outros recursos e estratégias” explica.

De acordo com dados publicados pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 2010 já constavam cerca de 40 empresas estrangeiras operando em serviços de saúde no Brasil. Além disso, como lembra Maria Angélica, o Brasil está em 8º lugar entre os principais destinos de turismo médico no mundo. “Os grandes hospitais de São Paulo vêm fazendo investimentos em alta escala para o turismo médico há pelo menos oito anos, brigando pela internacionalização das marcas. Isso mostra que o comércio internacional de serviços já está acontecendo. A abertura formal ao capital estrangeiro, portanto, era só questão de tempo. Não devemos ter ilusões de que esse movimento será detido pela mobilização do movimento sanitário”, avalia a pesquisadora.

O pesquisador do Instituto de Políticas Econômicas Aplicadas (Ipea) Carlos Octávio Ocké-Reis, ao avaliar o mercado do setor de saúde, afirma que ele está concentrado e centralizado, o que é exatamente o cenário favorável para o capital estrangeiro atuar. “O mercado acompanha a lógica do capitalismo global. É cada vez mais concentrado, seja no que diz respeito aos planos de saúde, seja no que diz respeito à indústria farmacêutica, e até, em certa medida, tratando dos serviços médicos, ao setor hospitalar. Ao dizer que o setor está concentrado, é preciso olhar para o mercado e para o *market share* [participação no mercado]. Assim vemos que grupos econômicos têm posição de monopólio e oligopólio. E esse movimento de concentração vem acompanhado pela centralização, que se dá hoje, em boa par-

te, por meio do capital financeiro. Esse mercado, portanto, está cada vez mais concentrado, centralizado e internacionalizado”, compreende Ocké-Reis.

E qual é o problema desta internacionalização, perguntam os mais desavisados? Do ponto de vista macroeconômico, o pesquisador vê prejuízos para a economia brasileira, levando em consideração a balança de pagamentos – diferença entre o que o país gastou e o que recebeu nas transações internacionais –, que está em déficit em contas correntes. O último balanço publicado pelo Banco Central apontava para um déficit de US\$ 8 bilhões. “Internacionalizar esse setor significa que teremos que mandar dólar para as matrizes das empresas, o que dificulta uma equação macroeconômica no que se refere às divisas externas”, afirma, e completa: “Pensando na economia política, existem questões do ponto de vista assistencial que são problemáticas por conta do que os sanitaristas vêm discutindo há anos: essa é, de certa maneira, uma questão estratégica, não só pela questão do direito, dos dados dos indivíduos, mas pela própria questão da biodiversidade. E, por último, o processo de internacionalização favorece a hegemonia do mercado na organização dos serviços de saúde. Então, se você refreia esse setor, está resistindo a um processo de fortalecimento do mercado no setor saúde, e, indiretamente, fortalecendo o setor público. Se há um mercado forte, há um setor público fraco, e vice-versa”, avalia.

Saúde como mercadoria

Para Maria Angélica, o primeiro impacto que esta lei pode causar é a mudança dos sistemas de saúde. “Hoje a Turquia é o país que mais atrai o capital de investimento estrangeiro em serviços de saúde. E, lá, eles têm um projeto específico no sentido de transformar serviços de saúde em item de pauta de exportação. Não é nenhum projeto

surreal. Quando Cuba exporta médicos, na prática o objetivo é o mesmo. Mas isso dá margem para produtos de exportação como a gente jamais imaginaria, como, por exemplo, o projeto turco de criar uma zona franca de turismo médico. Não sei se foi implementado, porque estava previsto para 2013/2014. É uma área com megahospitais ultrassofisticados e que não são frequentados por turcos. Cerca de 90% são atendimentos a magnatas do mundo que vão à Turquia se tratar e o que a Turquia ganha com isso é divisa, não um sistema de saúde mais equânime”, explicou.

A pesquisadora ressalta ainda que é preciso analisar os dois efeitos do capital que, segundo, ela tem o poder de alavancar a inovação. “Elas são para o bem e para o mal, as supérfluas, que só geram maiores gastos, e as fundamentais, que de fato resolvem problemas importantes. Não tenho dúvida de que o capital tem efeitos virtuosos sobre o desenvolvimento tecnológico. Por outro lado, essa vertente virtuosa se dá à custa de extrema desigualdade, porque, no momento em que a inovação se produz, ela é para poucos. E, com a internacionalização dos serviços de saúde, essa desigualdade agora passa a ter um claro gradiente global instalado dentro de cada país, e não só setorializado em pedaços específicos do mundo. Isso vai fazer até com que pessoas que tinham acesso a serviços de boa qualidade tenham de pagar mais por isso. Vamos pagar muito – considerando nossa renda média nacional – para ter acesso a menos” avalia, e completa: “Quando a gente começar a competir com o paciente internacional, os gradientes serão ainda mais extremos. E minha aposta é que a excelência de cuidado dentro do país, os hospitais de ponta, tenham cada vez menos espaço para atender os nacionais, e que eu seja obrigada a ir ao Peru para ser atendida”.

Com esse fenômeno de mais concorrência de usuários nos serviços de saúde, a pesquisadora acre-

dita que irá se intensificar o pleito das operadoras pelo aumento do investimento público para ampliar a capacidade instalada disponível aos planos de saúde no país. “E aí, o investimento estrangeiro, que vinha para desafogar a necessidade do investimento público segundo o argumento de deputados e empresários pró-abertura, vira um tiro pela culatra”, explicou, se referindo à justificativa apresentada pelo senador Flexa Ribeiro mostrada no início dessa matéria. Ao mesmo tempo, afirma ela, os hospitais de ponta estão pensando em internacionalização da marca. “Há uns três anos, encontrei o superintendente de um hospital da Anahp em Cuzco procurando hospital para comprar. Concretamente, a gente vai ter de disputar até mesmo esse espaço. É isso que as pessoas não perceberam ainda: que, mesmo os privilegiados, que têm planos de saúde, terão cada vez mais problemas para ter acesso no próprio país. Vão ter de disputar com uma massa global de pacientes”, afirma.

Para o pesquisador do Ipea Carlos Ocké-Reis um dos argumentos de aprovação da internacionalização se baseou na promoção da concorrência regulada do setor, que teoricamente traria garantias de serviços de melhor qualidade. No entanto, segundo ele, este argumento cai por terra uma vez que este mercado internacionalizado não traz capacidade de oferta. “Eles estão querendo fazer isso através do SUS. Esse é um setor de intermediação financeira, eles não pegam seus excedentes, seus lucros, e aplicam na conta de hospitais. É claro que os setores que estão na ponta, os setores líderes, tentam fazer associações. Para quê? Para verticalizar sua produção. Se você centraliza sua produção, você ganha economia de escala e aumenta seu *markup*, porque você consegue controlar seus custos”, avalia, e complementa: “Agora, se você reforça a dinâmica capitalista por meio do processo de internacionalização, é quase que um axioma: é natural que você fragilize o Sistema Único de Saúde. Essa hegemonia é anti-SUS, é anti-Estado”, conclui. ●

Da abertura ao capital estrangeiro na oferta de serviços à saúde

Art. 142. A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 23. É permitida a participação direta ou indireta, inclusive controle, de empresas ou de capital estrangeiro na assistência à saúde nos seguintes casos:

I - doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos;

II - pessoas jurídicas destinadas a instalar, operacionalizar ou explorar:
a) hospital geral, inclusive filantrópico, hospital especializado, policlínica, clínica geral e clínica especializada; e
b) ações e pesquisas de planejamento familiar;

III - serviços de saúde mantidos, sem finalidade lucrativa, por empresas, para atendimento de seus empregados e dependentes, sem qualquer ônus para a seguridade social; e

IV - demais casos previstos em legislação específica.

Art. 53-A. Na qualidade de ações e serviços de saúde, as atividades de apoio à assistência à saúde são aquelas desenvolvidas pelos laboratórios de genética humana, produção e fornecimento de medicamentos e produtos para saúde, laboratórios de análises clínicas, anatomia patológica e de diagnóstico por imagem e são livres à participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros".

O que esperar da Conae?

Financiamento e relação público-privada na educação estiveram no foco dos debates durante conferência

André Antunes

O clima não era dos mais auspiciosos quando aconteceu a 2ª Conferência Nacional de Educação (Conae) em novembro do ano passado. Três semanas antes de o evento começar, os deputados reunidos na Câmara haviam votado pela rejeição do decreto do Executivo para criação da Política Nacional de Participação Social, dando um indício de que a relação entre o Congresso recém-eleito e controle social não será harmoniosa. Não que os acontecimentos recentes indicassem que seria. Afinal, o Plano Nacional de Educação (PNE), fruto das deliberações da 1ª Conae, em 2010, levou quase quatro anos para ser aprovado no Legislativo.

Isso sem falar no fato de que a 2ª Conae começou com quase nove meses de atraso. Você já leu na edição nº 33 da Poli uma reportagem sobre o adiamento da conferência, que deveria ter acontecido em fevereiro. Segundo o MEC, os custos apresentados pela empresa organizadora contratada para o evento foram considerados “incompatíveis com o padrão de austeridade” do órgão. Como não haveria tempo hábil para uma nova licitação, a solução foi adiar o evento para novembro. No entanto, alguns analistas entrevistados viram no adiamento uma manobra para diminuir a pressão social sobre a votação do PNE, que ainda não havia sido aprovado, e que vinha sendo alvo de disputas entre movimentos sociais e governo federal, que defendiam versões diferentes do plano.

Para alguns, o balanço da 2ª Conae aponta que houve de fato uma desmobilização dos movimentos sociais reunidos em Brasília. Pelo menos essa é a opinião do professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), Luiz Araújo, que afirmou, em texto publicado em seu blog, que a conferência foi “politicamente morna”. Segundo ele, faltou “radicalidade” e “independência política” aos movimentos sociais e sobrou “sentimento de pertencimento ao governo”.

Financiamento: CAQ é prioridade

Ainda assim, Araújo argumenta que as deliberações da 2ª Conae ajudaram a consolidar conquistas obtidas na primeira edição do evento e na tramitação do novo PNE. Um dos temas mais presentes nos debates foi o financiamento, que esteve no foco das disputas entre governo e sociedade civil durante a tramitação do PNE no Congresso. Segundo Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a conferência reforçou a reivindicação por uma maior participação da União no financiamento da área. “Se a prioridade é da educação, como a Dilma diz, isso tem que reverberar na maior participação do governo federal na área transferindo para estados e municípios”, afirmou. Para isso é necessário regulamentar o Custo-Aluno Qualidade (CAQ), que aguarda desde 2010 a homologação, pelo MEC, de uma resolução do Conselho Nacional de Educação para ser efetivado. “Era para o CAQ sair daqui homologado. Ele é um elemento basilar do Sistema Nacional de Educação, que vai regular inclusive a cooperação entre governo federal, governos estaduais e governos municipais.”, disse Cara. A homologação, no entanto, foi adiada para maio de 2015: “Se não for homologada até lá o CAQ não entra na Lei Orçamentária de 2016, que começa a ser discutida no começo do segundo semestre de 2015. E pelo PNE, o Custo Aluno Qualidade Inicial tem que ser implementado a partir de 2016”, explica.

Os delegados também voltaram a defender um dispositivo que estava presente no relatório final da 1ª Conae e acabou sendo retirado do texto do PNE: a defesa de que os recursos públicos sejam direcionados para a educação pública. “A aprovação do PNE que teve forte apoio do setor privado da educação e que liberou as parcerias público-privadas é uma posição que é contrária ao conjunto da área de educação que se colocou aqui na Conferência”, reiterou Cara.

Pronatec no centro da polêmica

Essa questão esteve presente em diversas discussões durante a conferência, e dominou particularmente os debates sobre educação profissional, que ficaram polarizados em torno do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Pronatec. O professor Domingos Leite Lima Filho, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) alertou para a formação, a partir do Pronatec, de um mercado de empresas que captam recursos do fundo público para acumular lucro. Ele chamou atenção para a Kroton, maior empresa privada de educação do mundo. O grupo anunciou um lucro líquido de R\$ 213 milhões entre julho e setembro de 2014, que representou um aumento de 66,5% no faturamento registrado no primeiro trimestre daquele ano. A própria empresa atribuiu tal “sucesso” às receitas do Pronatec. “Pelas metas postas para o programa, dos oito milhões de matrículas mais de 5,6 milhões estão registradas em cursos FIC, fortemente concentrados no Sistema S e na rede privada”, apontou Domingos. Ele apresentou uma peça publicitária extraída do site da própria Kroton, que apresenta os cursos de educação profissional como formação para o setor produtivo, destacando como pontos positivos o fato de serem cursos “focados e rápidos, que dão acesso garantido ao mercado”. “É a lógica do aligeiramento, mercantil, educação como mercado, a produção de estatísticas favoráveis e é a lógica da inclusão subordinada”, criticou.

Domingos defendeu que a expansão da educação profissional deveria se dar por meio da vinculação com o ensino médio, priorizando o ensino médio integrado. “Das 2,413 milhões de vagas nos cursos de nível médio, apenas 300 mil estão integradas. A Rede Federal continua com 15%, a estadual em torno de 36%, a municipal 2% e a rede privada detém 47% dessas matrículas. Dentre as prioridades da educação profissional eu apontaria a elevação das matrículas integradas ao ensino médio na perspectiva de um currículo denso que trate a formação

profissional e tecnológica não meramente como adequação da força de trabalho, mas como uma formação com base na ciência, na tecnologia, na cultura e no trabalho”.

Reginaldo Soeiro, professor do Instituto Federal de São Paulo, campus Guarulhos, lembrou que os recursos aplicados no Pronatec somaram R\$ 14 bilhões até o fim de 2014, sendo em torno de 85% voltados para cursos FIC no Sistema S e particulares. “As verbas poderiam ser destinadas para a Rede Federal, que está em expansão, construção de creches, ensino básico e formação de professores. São opções alternativas ao repasse de verbas públicas para o setor privado”, defendeu. Luiz Caldas, presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) foi pelo mesmo caminho. “O que é apagão de mão de obra? Será que em um país onde a educação básica fosse algo de fato importante iria temer o solavanco de um apagão de mão de obra? E, aí, se vale disso para entender que qualquer oferta, qualquer tipo de curso atende aos interesses da sociedade”, afirmou e complementou: “Não há lugar no debate do futuro para qualquer coisa que não pense o modelo de sociedade, tendo na educação profissional uma estratégia de estruturar e ter uma participação direta em outro modelo de desenvolvimento se a gente não eliminar a ideia de que educação profissional se faz a partir de conjunturas e de curto prazo. Infelizmente, o que temos no Pronatec hoje é curto-prazista, conjuntural e pretérito. Não olha para frente”.

EJA

O debate sobre qual é a concepção de educação que a sociedade brasileira demanda atravessou também as discussões sobre o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), tema importante considerando que uma das metas do novo PNE é a erradicação do analfabetismo até 2020. De acordo com o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 13 milhões de brasileiros são analfabetos. Além disso, 68,8% dos brasileiros não possuem a formação na educação básica completa. “Precisamos modificar currículos, organizar a rede para tratar esses trabalhadores de maneira diferente. É uma questão de mobilização social. Precisamos de uma escola que tenha a cara do trabalhador. Os jovens e adultos precisam de uma formação de qualidade, que não acredito que seja oferecida apenas pelo Pronatec”, opinou Maria Margarida Machado, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Ela criticou a formatação das políticas para a modalidade, segundo ela voltadas para o treinamento para o mercado de trabalho.

Conjuntura não favorece

Se as expectativas não eram otimistas antes da Conferência começar, após seu término ficou evidente que qualquer mudança de rumos nas políticas educacionais está fora do horizonte do governo. Uma semana depois de Dilma Rousseff declarar que a educação seria prioridade em seu segundo mandato, direção consubstanciada no lema “Brasil, pátria educadora”, o Executivo anunciou um contingenciamento de recursos que chegará a R\$ 22,7 bilhões em 2015. E a pasta mais atingida será justamente o Ministério da Educação. A austeridade econômica do Planalto se soma ao Congresso mais conservador desde a redemocratização. Para Luiz Araújo, os setores progressistas da educação terão que ter uma postura combativa se quiserem que os objetivos incorporados no documento final da 2ª Conae sejam alcançados. “A hora é de mais radicalidade e ações unitárias em defesa de uma educação pública, de qualidade, gratuita, laica, democrática, socialmente referenciada”, escreveu. ●

A comunicação na luta contra-hegemônica



Não passa ainda de sua pré-adolescência o século 21, e já é assaz eloquente a respeito de seu futuro. A se julgar pela infância, cheia de profundas crises e graves traumas, sua idade adulta não será provavelmente um mar de tranquilidade como seus ancestrais repetidamente previram e – cnicamente – desejaram. Para uma breve ideia, faça-se lembrar que sua primeira guerra, a invasão norte-americana ao Afeganistão, ainda hoje não está terminada.

As múltiplas faces da história, contudo, demandam um olhar mais otimista para esse despertar de século. As rebeliões do mundo árabe, o despertar da juventude europeia e aqui, no Brasil, a tomada das ruas no movimento de junho – todos estes episódios trazem consigo importantes lições.

Sem dúvida, uma das mais fundamentais e importantes tem a ver com o proeminente papel da comunicação nos processos subversivos do capitalismo mundializado.

A Comunicação do Oprimido, novo livro de Eduardo Granja Coutinho, vem contribuir para corrigir o descompasso político e temporal entre os movimentos sociais organizados no Brasil e o papel crucial da comunicação em suas lutas. Reunindo 11 artigos atravessados pela questão da via pacífica de nossa formação social e amplamente referenciados pela obra de Antonio Gramsci, o livro discute a comunicação no Brasil de maneira ampla.

Deste modo, analisa por exemplo a fala de Bezerra da Silva como forma de contestação da hegemonia pela música; traz a crítica literária de Carlos Nelson Coutinho para traçar o panorama cultural literário nacional; evoca o pensamento de Muniz Sodré no reconhecimento da cultura negra – em especial do samba – na fundação de uma cultura brasileira.

É claro que um trabalho como este não poderia deixar de falar da Rede Globo – fato raríssimo entre os intelectuais da comunicação no Brasil, mesmo os de esquerda. Em ensaio dedicado ao tema, Coutinho traça precisamente as relações entre a TV Globo e a ditadura militar no país. O conjunto do livro está, de fato, baseado em uma análise histórica da formação cultural brasileira – no campo da televisão, da linguagem, da música, da literatura, da imprensa – aliada às características fundamentais dos processos de desenvolvimento do país.

Por isso, o livro tem o grande mérito de trazer para o lado esquerdo deste terreno – o da luta de classes – uma certeza que há muito já é conhecida pelos donos do poder: a comunicação é fator fundamental para a vitória de qualquer projeto político – condição que se aprofunda conforme avançam as técnicas e os meios de produção específicos da área comunicacional e, com eles, o controle social dos discursos.

“Em última análise, todo processo de hegemonia é, necessariamente, um processo de comunicação. [...] Pela comunicação, formam-se e transformam-se as ideologias que agem ética e politicamente na transformação da história.”, diz o autor, num postulado que se mostra especialmente correto para este século pré-adolescente.

Não há, entre os ensaios, grandes promessas ou fórmulas para a salvação da humanidade. Ao contrário, o problema da comunicação como meio de dominação e hegemonia é tratado com pinça e lentes de aumento, nos seus mínimos detalhes. Nesta minúcia, inspirada pela ciência marxista, Coutinho deixa transparecer, ao lado da oportunidade e da responsabilidade dos movimentos sociais de se apropriarem da comunicação, todas as dificuldades e as idiossincrasias que tamanha tarefa encarna.

Se os ensaios mostram que, por um lado, a comunicação serviu à criação do consenso entre as classes subalternas no país, por outro, ela também foi e deve ser o meio de propagação da luta contra-hegemônica. ●

A Comunicação do Oprimido e outros ensaios. Eduardo Granja Coutinho. Mórula Editorial, 2014, 180p.

Por **Erick Dau**, jornalista e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ.

PUBLICAÇÕES



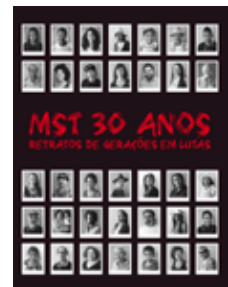
Riqueza e miséria do trabalho no Brasil 3

Ricardo Antunes (org)
Boitempo, 2014, 464 p.



Trabalhadores Uni-vos: Antologia Política da 1ª Internacional

Marcello Musto (org)
Boitempo, 2014, 336 p.



*MST 30 anos
Retratos de gerações em lutas*

Expressão Popular,
2014, 208p.

FEMINISMO

Em dezembro do ano passado, Instituto Avon e Data Popular divulgaram uma pesquisa realizada com 2.046 jovens de 16 a 24 anos de todas as regiões do país, sendo 1.029 mulheres e 1.017 homens. Do total, 96% consideraram viver em uma sociedade machista. Mas, como demonstraram os resultados, grande parte ainda concorda com pressupostos associados à desigualdade de gênero: 68% desaprovam mulheres que têm relações sexuais no primeiro encontro, 80% afirmam que uma mulher não deve ficar bêbada em festas e 25% admitem pensar que mulher que usa roupa curta ou decote está 'se oferecendo' para os homens. O cenário assusta quando a questão da violência é abordada: 78% das mulheres relatam já terem sofrido algum tipo de assédio; 37% já tiveram relação sexual sem preservativo por insistência do parceiro e 9% já foram obrigadas a fazer sexo quando não estavam com vontade.

Mas os números – e o cotidiano – mostram que a opressão às mulheres não se restringe à juventude ou às situações abordadas acima. Se associadas às perspectivas de classe social e raça, a desigualdade e vulnerabilidade que atingem as mulheres no Brasil se tornam ainda mais preocupantes. Ainda hoje, mulheres têm remuneração mais baixa que homens no mercado de trabalho, mesmo quando desempenhando as mesmas funções. Além disso, são maioria entre os postos de trabalho precários, sem garantias de direitos e com jornadas intensas e exaustivas. É o que mostra pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também no ano passado, com dados de 2012. Segundo o estudo, os homens seguem ganhando mais que as mulheres no Brasil: o salário médio para eles é de R\$ 2.126,67, contra R\$ 1.697,30 para

as mulheres, uma diferença de 25,3%. No cenário geral, é a mulher negra e nordestina que tem o menor rendimento médio do país.

Ainda sobre violência, os casos de homicídio contra mulheres são alarmantes. O Brasil está em sétimo lugar na lista desse tipo de crime do mundo, com uma taxa de 4,4 homicídios para cada 100 mil mulheres. Foram mais de 43 mil assassinatos apenas na última década, atingindo principalmente mulheres entre 15 e 39 anos. Os dados do Instituto Sangari, em seu Mapa da Violência de 2012, apontam que 68,8% dos casos de violência ocorrem nas residências das vítimas e que as agressões praticadas por parceiros e ex-parceiros chegam a 42,5% dos casos. Em 51,6% dos casos, há reincidência, o que quer dizer que as mulheres violentadas já tinham sido vítimas do mesmo agressor anteriormente. Em 86,2% dos casos, o assassino é alguém da família ou próximo a ela. Para se ter uma ideia da gravidade do assunto, provavelmente apenas no tempo que você levou para ler esse verbete até aqui cinco mulheres foram espancadas. É que no Brasil, a cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas violentamente, como mostrou a pesquisa 'Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado', da Fundação Perseu Abramo em parceria com o Sesc, de 2010.

Espaço conquistado?

As muitas estatísticas são necessárias diante de um cenário em que o senso comum repete que o feminismo não seria mais necessário. Quem nunca escutou afirmações do tipo 'as mulheres já conquistaram seu espaço no mercado de trabalho', o 'machismo acabou', 'mulheres já têm todos os seus direitos' e outras no mesmo tom? Junto a isso, a própria noção de feminismo – apesar do crescimento de diferentes movimentos que o reivindicam nos últimos anos, no Brasil e no mundo –, segue rodeada de estereótipos e incompreensões. Talvez a principal delas seja a que imputa ao feminismo a ideia de um 'machismo ao contrário', como tentativa de alçar mulheres a uma condição de privilégio a partir da opressão aos homens.

Mas, afinal, o que é o feminismo e por que ele ainda importa? A blogueira e pesquisadora feminista Djamilia Ribeiro explica, no artigo 'As diversas ondas do feminismo acadêmico', que o feminismo é a luta por uma sociedade sem hierarquia de gênero, com direitos iguais entre homens e mulheres e em que o gênero não seja utilizado para legitimar a opressão. Essa opressão é entendida como aquilo que fere a humanidade das mulheres. "Importante frisar que há diversas correntes, linhas teóricas, vertentes que muitas vezes convergem e outras não", explica. Luka Franca, militante feminista, destaca que há duas importantes características do feminismo que são o gênero – questionar os papéis e comportamentos estipulados como específicos e mais adequados para homens e mulheres na sociedade – e a luta pela igualdade respeitando as diferenças: "O feminismo não é para punir ninguém. É para emancipar e ajudar na construção de uma sociedade na qual homens e mulheres possam viver conjuntamente, sem medo, sem opressão", defende.

Como você viu nos dados apresentados, por mais que a situação das mulheres na sociedade possa ter se alterado ao longo dos anos, a convivência plena marcada pela garantia de direitos e ausência de opressão ainda é bastante distante da realidade. Foi com essas premissas gerais que o feminismo se desenvolveu ao longo do tempo e assumiu diferentes facetas. Comumente, são identificadas três principais 'ondas feministas'. A primeira corresponderia ao sufragismo, desenvolvido a partir de

meados do século 19 para garantir às mulheres da Inglaterra e dos Estados Unidos o direito ao voto e ao trabalho. A segunda onda veio junto às lutas pela liberdade sexual em meados da década de 1960 e início da década de 1970, período marcado pelas ditaduras militares na América Latina. E a terceira começa no fim dos anos 1980 e ganha força nos 1990, discutindo as diferenças e especificidades do que se compreende como ‘ser mulher’.

Luka Franca defende que essas ondas sofreram influências de acordo com a realidade das mulheres de cada país: “Existem diferenças do feminismo no Brasil em relação aos países que não sofreram colonização. As mulheres negras e indígenas, por exemplo, sofreram diversos tipos de violência”, diz. É exemplificativa: “Com o movimento sufragista se conquistou o direito ao voto, mas um voto censitário que não garantiu o direito de todas as mulheres”. Ela completa, buscando identificar as especificidades de cada formação social diante da categorização geral: “No Brasil vivemos uma terceira onda, mas ainda retomamos pautas da segunda, como a não culpabilização da vítima em relação à violência que sofre e o direito a autonomia do corpo. Ao mesmo tempo, travamos debates que não estão fixados em nenhuma das ondas. Falamos delas mais pra explicar quais eram as pautas de cada época, mas todos os debates se perpassam até que a conquista se dê plenamente”, explica. A categorização por ondas, por exemplo, não leva em consideração as lutas das mulheres socialistas que, na virada do século 19 para o 20, estavam mobilizadas especialmente na Europa pela pauta da libertação das mulheres e a integração de suas demandas às lutas revolucionárias, realizando conferências de mulheres e protagonizando a criação de um dia internacional para celebrar sua luta. As alemãs Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo, junto à russa Alexandra Kolontai, são expoentes desse momento.

Reivindicações

Combate à violência contra a mulher, autonomia em relação ao próprio corpo, equiparação salarial, liberdade sexual... Ao longo desse verbete, algumas das reivindicações do movimento feminista foram citadas. Como conquistá-las? Para Flávia Biroli, vice-diretora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) e coautora do livro de ‘Feminismo e Política’, o cerne para a superação da dominação de gênero está na superação da divisão sexual do trabalho, que seria a base para a manutenção de papéis diferentes e desiguais para mulheres e homens nas sociedades contemporâneas: “As mulheres seguem sendo as principais responsáveis pela vida doméstica e pelo cuidado com as crianças e idosos. Essa relação diferenciada aparece como obstáculo também para as mulheres profissionalizadas e com alto nível de educação, porque permanecem expectativas diferentes para mulheres e homens e porque o acesso ao tempo e aos recursos permanece diferente”, aponta.

A pesquisadora destaca, ainda, que essas experiências decorrentes da divisão sexual do trabalho são sentidas de formas muito diferentes, a depender da posição de classe ocupada pela mulher: “Em países como o Brasil ainda é possível contratar mulheres para realizar o trabalho doméstico com subsalário. As mulheres que estão na posição de contratantes não deixaram de ser responsabilizadas pela vida doméstica e o cuidado, mas o fato de que conseguem terceirizar essa responsabilidade e que ela seja terceirizada para outras mulheres é muito significativa na sua experiência. O peso da divisão sexual do trabalho é desigual nas experiências de diferentes mulheres”, avalia. E completa: “Ainda assim, permanece a incógnita: por que temos apenas 10% de mulheres no parlamento? Se os filtros de classe neutralizassem os de gênero, não haveria explicação para muito menos mulheres fazerem carreiras políticas que homens”, pontua. Para superação dessa situação, Flávia aposta em políticas públicas e ação do Estado: “Não depende de arranjos pessoais com pessoas de ‘cabeça aberta’, mas sim de política de Estado, com cre-

ches, escola em período integral, mudança na legislação relativa a licença maternidade e paternidade. Enquanto não tivermos essas alterações, que não estão na lógica das relações de trabalho instituídas, não teremos mudanças significativas”, defende.

Diana Assunção, diretora da Secretaria de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo e autora do livro ‘A precarização tem rosto de mulher’, concorda que a opressão de gênero está associada à divisão sexual do trabalho. “Mulheres terminam ocupando os postos mais precarizados, em geral os que carregam em si tarefas que são consideradas, como parte da opressão, ‘naturalmente’ femininas. Em uma sociedade baseada na exploração, é sempre necessário, aos que estão dominando, aperfeiçoar a maneira de dominar e combinar a exploração de uma classe com a opressão de um grupo social, para explorar melhor”, argumenta.

Para ela, a superação dessas relações está na ruptura com a forma de organização da sociedade que se utiliza da opressão para garantir a exploração do trabalho: “É uma ideia conservadora achar que as mulheres vão conquistar igualdade em uma sociedade que é baseada na desigualdade. Temos que fortalecer a classe trabalhadora, combatendo entre o movimento de trabalhadores todo o machismo, a homofobia e a transfobia que são transmitidos pela ideologia burguesa. Dizer isso não significa defender que lutaremos apenas pelas pautas econômicas e nem que apenas as mulheres da classe trabalhadora sofrem com o machismo. A violência contra a mulher transcende as fronteiras de classe. A questão é de que ponto iremos encarar essa luta. Acredito que somente vinculadas à luta dos trabalhadores, como classe, para construção de outra sociedade, as demandas das mulheres podem ter uma resposta profunda e se concretizar”, finaliza. ●

*Leila Leal
Viviane Tavares*